

# RADAR TRABALHISTA

CPRT  
COMISSÃO DE  
POLÍTICA DE  
RELAÇÕES  
TRABALHISTAS

CBIC

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 3 – Número 121 – 18/11 a 22/11/2019

## Sumário

- ✘ *Destaque da Semana*
- ✘ *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- ✘ *Notícias do Executivo*
- ✘ *Notícias do Ministério Público do Trabalho*
- ✘ *Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- ✘ *eSocial*
- ✘ *Outras Notícias*
- ✘ *Atos Normativos*
- ✘ *Dados Estatísticos de Fiscalização*

## Destaque da Semana

[Brasil tem sétimo mês positivo na geração de empregos](#)

Ministério da Economia (Trabalho) - 12/11/2019

Dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) de outubro mostram resultado positivo pelo sétimo mês consecutivo na geração de empregos formais no país. O saldo registrado é de 70.852 novas vagas, resultado de 1.365.054 admissões e 1.294.202 desligamentos no período. Destaque no mês ficou com o Comércio, responsável por 43.972 novas vagas. Completam a relação Serviços (19.123 postos), Indústria de Transformação (8.946 postos), Construção Civil (7.294 postos) e Extrativa Mineral (344 postos).

Para ler na íntegra [clique aqui](#)

SEST  
Serviço Social da Indústria  
PELO FUTURO DO TRABALHO

CBIC



## **Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)**

### [STF recebe as primeiras ações contra a Reforma da Previdência](#)

Supremo Tribunal Federal - 19/11/2019

As modificações introduzidas pela Emenda Constitucional 103/2019 em decorrência da Reforma da Previdência começam a ser questionadas no Supremo Tribunal Federal (STF). Promulgada pelo Congresso Nacional no último dia 12, a reforma é alvo de quatro Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs [6254](#), [6255](#), [6256](#) e [6258](#)), com pedidos de liminar, que serão relatadas pelo ministro Luís Roberto Barroso. As primeiras ADIs foram ajuizadas por associações de defensores públicos, magistrados e integrantes do Ministério Público.

### [Sentença é anulada por negativa de adiamento de audiência para ouvir testemunhas](#)

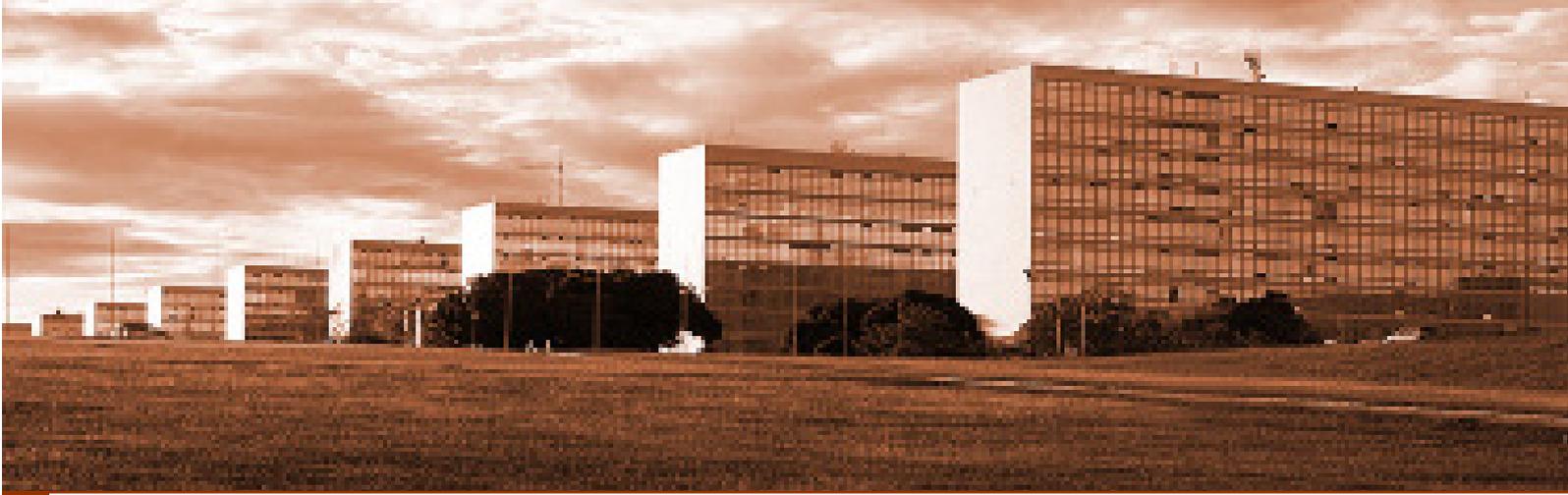
Tribunal Superior do Trabalho - 19/11/2019

A Quarta Turma do Tribunal Superior do Trabalho declarou nula a sentença proferida na reclamação trabalhista ajuizada por um vigilante contra um condomínio de São José do Rio Preto (SP) em razão do indeferimento de pedido de adiamento da audiência para a intimação de testemunhas. Para a Turma, a decisão causou prejuízos ao empregado e cerceou seu direito de defesa.

### [Confecção é condenada por exigir atestado de bons antecedentes de auxiliar](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 18/11/2019

A Quinta Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou a Sigma Costura Ltda., de Maracanaú (CE), ao pagamento de indenização a uma auxiliar de almoxarifado por ter exigido a apresentação de certidão de antecedentes criminais para a admissão. Para a Turma, a condição imposta para a contratação ofende a dignidade e viola a intimidade da empregada.



## **Notícias do Executivo**

### [Atendimento da Previdência e do Trabalho será unificado em 16 cidades](#)

Ministério da Economia (Trabalho) - 21/11/2019

[Portaria](#) publicada na edição desta quinta-feira (21) do Diário Oficial da União (DOU) dá início a um projeto piloto para o funcionamento conjunto das agências da Previdência Social (APS) e Regionais do Trabalho (ART). Ele vai funcionar em 16 municípios de oito estados brasileiros. Fazem parte do projeto piloto as cidades de Santo Antônio de Jesus (BA); Caucaia e Itapipoca (CE); Caldas Novas e Luziânia (GO); Caratinga, Ituiutaba, Manhuaçu, São João del Rei e Unaí (MG); Caicó e Currais Novos (RN); Santana do Livramento e São Leopoldo (RS); Rio do Sul (SC); e Guaratinguetá (SP).

### [Nova Previdência é tema de reunião do Conselho Nacional de Previdência](#)

Ministério da Economia (Previdência) - 21/11/2019

A 266ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência (CNP), realizada nesta quinta-feira (21), em Brasília, teve como pauta o debate sobre a Nova Previdência. Foi o primeiro encontro do conselho após a promulgação da emenda constitucional nº 103 pelo Congresso Nacional, neste mês. O texto da Nova Previdência está em vigor desde 13 de novembro de 2019, quando foi publicado no Diário Oficial da União.

### [Documento sobre agentes biológicos está em consulta pública no site Participa.br](#)

Fundacentro - 19/11/2019

O [Aviso de Consulta Pública foi publicado no Diário Oficial da União, hoje \(19\)](#), pelo presidente da Fundacentro, Felipe Portela. As contribuições deverão ser realizadas diretamente no documento disponível no Participa.br. Em caso de dúvidas, é possível enviar e-mail para [consultapublica@fundacentro.gov.br](mailto:consultapublica@fundacentro.gov.br). Somente serão consideradas as sugestões encaminhadas via site, não via correio eletrônico.

# MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

## **Notícias do Ministério Público do Trabalho**

### [PGT participa de audiência pública sobre a MP 905/2019 no Senado](#)

Ministério Público do Trabalho - 21/11/2019

Em audiência pública realizada nesta quinta-feira (21), no Senado Federal, o procurador-geral do Ministério Público do Trabalho (MPT), Alberto Balazeiro, demonstrou preocupação com a Medida Provisória (MPV) nº 905/2019, que institui o contrato de trabalho verde e amarelo. O debate ocorreu na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e foi presidido pelo senador Paulo Paim (PT-RS).

### [Audiência pública no Senado discute alterações na lei trabalhista](#)

Ministério Público do Trabalho - 19/11/2019

Durante audiência pública realizada no Senado Federal no dia 19 de novembro, o Ministério Público do Trabalho (MPT) alertou que o desenvolvimento econômico não pode ser promovido em detrimento do desenvolvimento social. O debate ocorreu na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e abordou a importância da Justiça trabalhista para o desenvolvimento do Brasil.

# Auditor Fiscal do Trabalho

## **Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho**

### [Plenária do 37º Enafit aprova por unanimidade cinco moções de repúdio](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 22/11/2019

Foram aprovadas por unanimidade cinco moções de repúdio, que tratam de temas como as Propostas de Emendas à Constituição – PECs nº 186 e nº 188, ambas de 2019, e a Medida Provisória – MP nº 905/2019; o ataque às Normas Regulamentadoras; a extinção do Ministério do trabalho, a impunidade dos mandantes da chacina de Unaí e a desestruturação da Inspeção do Trabalho.

### [37º Enafit – Carta de Aracaju denuncia perdas dos direitos trabalhistas e desmonte da Fiscalização do Trabalho](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 22/11/2019

A Carta de Aracaju é uma síntese do Encontro que denuncia os ataques à Auditoria-Fiscal do Trabalho e as perdas para os trabalhadores do setor público e privado. No texto, a categoria coloca-se diametralmente contrária às medidas que desprotegem e fragilizam as relações de trabalho e emprego.

### [TV SINAIT – Desafios da fiscalização frente a alterações de NRs e leis](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 20/11/2019

Alterações nas Normas Regulamentadoras de segurança e saúde e na legislação trabalhista de uma forma geral foram tratadas em uma mesa de debates na programação técnica do 37º Encontro Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho em Aracaju.



# eSocial

## **Notícias do e-Social**

[eSocial Doméstico atualizado com o novo valor do salário-família](#)

Portal eSocial - 22/11/2019

A Emenda Constitucional 103, que foi promulgada em 12 de novembro de 2019, promoveu alteração no valor da cota do salário-família que passou a ser R\$ 46,54 (quarenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos), devida aos trabalhadores que tenham renda bruta mensal igual ou inferior a R\$ 1.364,43 (mil, trezentos e sessenta e quatro reais e quarenta e três centavos). Para promover a atualização do sistema à nova norma legal, que é aplicável a todos os trabalhadores com contratos de trabalho vigentes a partir de novembro de 2019, foi publicada uma nova versão do eSocial Doméstico no dia 21/11/2019 às 16:21:15.



## Outras Notícias

### [Juíza absolve empresa aérea de responsabilidade sobre acidente com comissário](#)

Consultor Jurídico - 22/11/2019

A juíza substituta Aline Bastos Meireles Mandarino, do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, absolveu em primeira instância a companhia aérea Gol da responsabilidade civil sobre um acidente fatal ocorrido no trajeto de um comissário de bordo de sua residência até o aeroporto.

### [Rede também pede que STF anule MP que muda regras trabalhistas](#)

Consultor Jurídico - 20/11/2019

A Rede Sustentabilidade apresentou, nesta quarta-feira (20/11), um [mandado de segurança](#) pedindo a suspensão da Medida Provisória 905 de 2019, a MP do governo federal que cria o “Contrato de Trabalho Verde e Amarelo” e também altera inúmeros pontos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

### [Partido questiona no STF medida provisória que muda regras trabalhistas](#)

Consultor Jurídico - 19/11/2019

As inovações contempladas pela Medida Provisória 905 conflitam diretamente com dispositivos da Constituição Federal. Com este argumento, o Solidariedade protocolou, nesta terça-feira (19/11), no Supremo Tribunal Federal uma [ação](#) contra a Medida Provisória 905/2019, a MP do governo federal que cria o “Contrato de Trabalho Verde e Amarelo” e também altera inúmeros pontos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).



## Atos Normativos

[AVISO DE CONSULTA PÚBLICA Nº 1/2019](#) (DOU 19/11/2019 Seção III Pág. 59) - Submete à consulta pública o ESTUDO TÉCNICO - ANEXO 14 DA NORMA REGULAMENTADORA Nº 15 - AGENTES BIOLÓGICOS, o texto pode ser acessado no sítio eletrônico: <http://participa.br/secretaria-de-trabalho> ;

[PORTARIA SEPRT Nº 1.300, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2019](#) (DOU de 21/11/2019 Seção I Pág. 34) - Institui projeto piloto de funcionamento conjunto das unidades de atendimento descentralizadas do Instituto Nacional do Seguro Social e da Secretaria de Trabalho da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia. (Processo nº 19964.106364/2019-51);

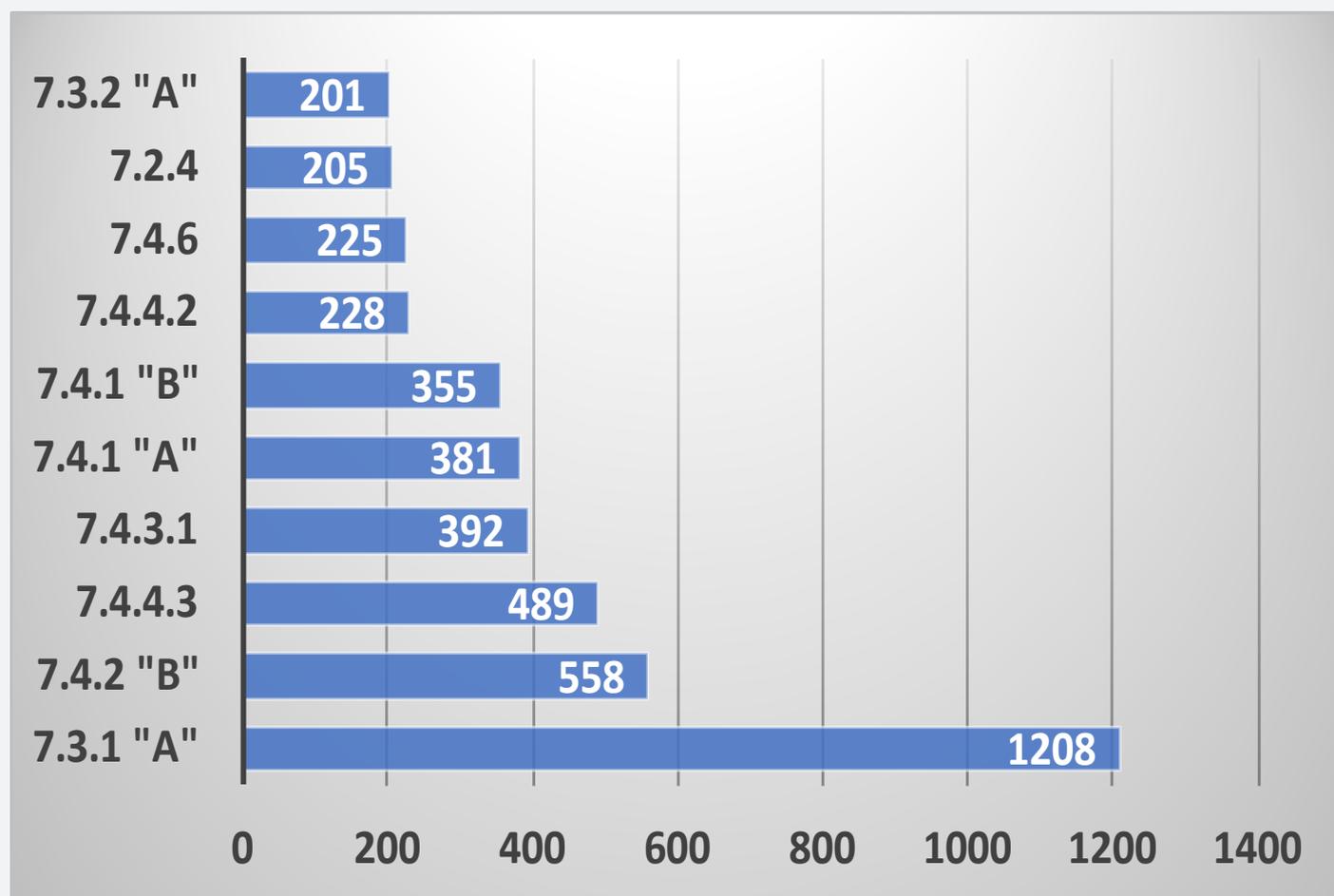
[PORTARIA FUNDACENTRO Nº 365, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2019](#) (DOU 22/11/2019 Seção I Pág. 113) - Altera os dispositivos do Anexo I da Portaria Fundacentro nº 355, de 07 de novembro de 2019;

[RETIFICAÇÃO DO AVISO DE CONSULTA PÚBLICA Nº 1/2019](#) (DOU 22/11/2019 Seção III Pág. 61) - Com o seguinte teor: onde se lê: "O texto pode ser acessado no sítio eletrônico: <http://participa.br/secretaria-de-trabalho>", leia-se: "O texto pode ser acessado no sítio eletrônico: <http://participa.br/profile/consulta-publica-estudo-sobre-agentes-biologicos/about> ".



## Dados estatísticos de Fiscalização

Os 10 (dez) itens da Norma Regulamentadora n.º 07 (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional) mais capitulados como “Notificação” durante a fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) no período de 2012 a 2017:



Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/ME

## Dados estatísticos de Fiscalização

**Notificação:** É uma rubrica utilizada pela fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) para contabilizar os itens da legislação trabalhista (CLT ou Segurança e Saúde no Trabalho) que foram solicitados as empresas a comprovação de regularidade ou a identificação de irregularidade durante a ação de fiscalização realizada pelos Auditores Fiscais do Trabalho. Esse quantitativo não está atrelado obrigatoriamente ao número de “autuações”, “regularizados na ação fiscal”, “Embargo” ou “Interdição” realizadas pela auditoria fiscal do Ministério da Economia. Os atos fiscais do ME são assim contabilizados: RF 1 - Regular; RF 2 - Regularizado na Ação Fiscal; RF 3 - Irregular (autuação); RF 4 - Notificado; RF 5 - Embargo; RF 6 - Levantamento de Embargo; RF 7 - Interdição; RF 8 - Levantamento de Interdição.

**7.3.1.** Compete ao empregador:

**a)** garantir a elaboração e efetiva implementação do PCMSO, bem como zelar pela sua eficácia;

**7.4.2.** Os exames de que trata o item 7.4.1 compreendem:

**b)** exames complementares, realizados de acordo com os termos específicos nesta NR e seus anexos.

**7.4.4.3.** O ASO deverá conter no mínimo:

**7.4.3.1.** No exame médico admissional, deverá ser realizada antes que o trabalhador assumira suas atividades;

**7.4.1.** O PCMSO deve incluir, entre outros, a realização obrigatória dos exames médicos:

**a)** admissional;

**7.4.1.** O PCMSO deve incluir, entre outros, a realização obrigatória dos exames médicos:

**b)** periódico;

**7.4.4.2.** A segunda via do ASO será obrigatoriamente entregue ao trabalhador, mediante recibo na primeira via.

**7.4.6.** O PCMSO deverá obedecer a um planejamento em que estejam previstas as ações de saúde a serem executadas durante o ano, devendo estas ser objeto de relatório anual.

**7.2.4.** O PCMSO deverá ser planejado e implantado com base nos riscos à saúde dos trabalhadores, especialmente os identificados nas avaliações previstas nas demais NR.

**7.3.2.** Compete ao médico coordenador:

**a)** realizar os exames médicos previstos no item 7.4.1 ou encarregar os mesmos a profissional médico familiarizado com os princípios da patologia ocupacional e suas causas, bem como com o ambiente, as condições de trabalho e os riscos a que está ou será exposto cada trabalhador da empresa a ser examinado;

### **Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)**

*José Carlos Martins*

*Presidente*

### **Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)**

*Fernando Guedes Ferreira Filho*

*Presidente da CPRT*

*Gilmara Dezan*

*Supervisora de Projetos e Assessora da CPRT*

### **Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas**

*Clovis Veloso de Queiroz Neto*

*Consultor CBIC e Responsável Técnico*